ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.

CNPJ nº 04.848.115/0001-91

ING

Relatório da Administração

Apresentação
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho
No semestre findo em 30 de junho de 2022 a Corretora apresentou lucro de R$ 8,9 milhões, sendo que no semestre findo em 30 de junho de 2021 apresentou lucro de R$ 1,9 milhões. A variação no período reflete, principalmente, o aumento com receitas da intermediação financeira.

Índice de Basileia
A Corretora adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 157,41% (24,49% em 2021).

Gerenciamento de risco
O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional da Corretora são efetuados por área independente de forma consolidada. O relatório da estrutura de gerenciamento de risco operacional está disponível na sede da Corretora.

São Paulo, 16 de agosto de 2022.

A Diretoria

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	5	**244**	78	Outras obrigações		**6.536**	5.336
Disponibilidades		**244**	78	Fiscais e previdenciárias	9	**6.482**	5.281
Aplicações interfinanceiras de liquidez		**148.000**	261.462	Diversas		**54**	55
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6	**148.000**	261.462	Provisões	10	**25.366**	24.777
Títulos e valores mobiliários		**2.579**	2.442	Patrimônio líquido	13	**214.204**	326.345
Vinculados à prestação de garantias	7	**2.579**	2.442	Capital:			
Outros créditos		**95.283**	92.475	De domiciliados no exterior		**187.190**	187.190
Diversos	8	**95.283**	92.475	Reserva de lucros		**18.084**	139.155
Outros valores e bens		**-**	1	Lucros acumulados		**8.930**	-
Despesas antecipadas		**-**	1				
Total do ativo		**246.106**	356.458	Total do passivo		**246.106**	356.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	187.190	17.768	115.069	-	320.027
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.898	1.898
Saldos em 30 de junho de 2021	187.190	17.768	115.069	1.898	321.925
Saldos em 31 de dezembro de 2021	187.190	18.084	121.071	-	326.345
Lucro líquido do semestre	**-**	**-**	**-**	**8.930**	**8.930**
Distribuição de dividendos	**-**	**-**	**(121.071)**	**-**	**(121.071)**
Saldos em 30 de junho de 2022	**187.190**	**18.084**	**-**	**8.930**	**214.204**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições financeiras bem como exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No comunicado à imprensa feito pelo ING Group no dia 05 de novembro de 2020, foram anunciadas atualizações da estratégia *Think Forward* para o segmento de *Wholesale Banking*, que incluiu o fechamento das operações na América do Sul, em que o Brasil está inserido. A Corretora comunicou aos reguladores e os colaboradores, o início do processo de avaliação para o encerramento das atividades, que será realizado em conformidade com os requerimentos necessários.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do encerramento das atividades operacionais da Corretora. Uma etapa importante desse processo é o pedido de cancelamento da autorização para o funcionamento da Corretora, como uma instituição integrante do sistema financeiro, que foi protocolado no Banco Central do Brasil (BACEN) em 28 de junho de 2022.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, e Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Corretora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

A Corretora divulga suas demonstrações financeiras, em linha com a Resolução nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa
Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:
- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Em 30 de junho de 2022 e 2021 a Corretora não possuía títulos classificados como disponível para venda e mantidos até o vencimento.

d) Atualização monetária de direitos e obrigações
Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do período.

e) Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no período.

f) Apuração de resultado
As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério *"pro rata temporis"* para as despesas e receitas de natureza financeira.

g) Resultados recorrentes e não recorrentes
Considera-se como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, e de acordo com o que lhe é permitido pelo seu regulador, BACEN. Além disto, a Administração da Corretora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência num período futuro da instituição. Não houve eventos não previstos na Corretora, dessa forma, o resultado foi obtido com base em resultados recorrentes.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições ao risco operacional são efetuados por área independente de forma consolidada, como segue:

Risco operacional
A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos por sua controladora ING Group (Amsterdã - Holanda). A Administração da Corretora participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Corretora. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do BACEN, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

5 Caixa e equivalente de caixa

	Jun/22	Dez/21
Disponibilidades	**244**	78
Caixa e equivalentes de caixa	**244**	78

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por certificados de depósitos interfinanceiros no montante de R$ 148.000 (R$ 261.462 em dez/2021) com vencimento em até três meses.

7 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários			Jun/22	Dez/21
	Sem vencimento	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ mercado
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Cotas de fundos de investimento	**2.579**	**2.579**	**2.579**	2.442
Total	**2.579**	**2.579**	**2.579**	2.442

As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os administradores.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

8 Outros créditos - Diversos

Créditos diversos	Jun/22 Circulante	Jun/22 Não circulante	Dez/21 Circulante	Dez/21 Não circulante
Impostos a compensar	**1.667**	**4.162**	1.412	4.751
Depósitos judiciais (nota 10.d)	**-**	**89.455**	-	86.312
Total	**1.667**	**93.617**	1.412	91.063

9 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	Jun/22 Circulante	Dez/21 Circulante
Impostos e contribuições a recolher	**156**	108
Imposto de renda e contribuição social	**6.327**	5.173
Total	**6.483**	5.281

10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Corretora possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela Administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R$ 54.121 (R$ 51.943 em dez/2021). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de *Hedge* do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R$ 5.259 (R$ 5.035 em dez/2021). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.
- Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R$ 12.176 (R$ 11.886 em dez/2021).

Obrigações diversas	Jun/22 Não circulante	Dez/21 Não circulante
Provisão para contingências	**25.366**	24.777
Total	**25.366**	24.777

c) Obrigações legais: representadas por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisões" conforme balanço patrimonial. As obrigações referem-se à processos vinculados ao Finsocial - Compensação de valores recolhidos acima da alíquota de 0,5%, no montante de R$ 456 (R$ 456 em dez/2021), PIS/COFINS sobre ampliação da base de cálculo, majoração da alíquota referente a Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 no valor de R$ 5.966 (R$ 5.801 em dez/2021) e IRPJ/CSLL sobre desmutualização da Bovespa/BM&F no montante de R$ 18.868 (R$ 18.449 em dez/2021). Todos os processos citados acima possuem depósitos judiciais, exceto pelo processo vinculado ao Finsocial. Além dos processos mencionados acima, a Corretora ainda possui processos vinculados à Anistia que resultam em R$ 76 (R$ 72 em dez/2021), sendo referentes a Compensação integral da diferença de correção Monetária Devedora IPC/CTNF-90, Compensação Integral de Prejuízo Fiscal e Compensação de Prejuízos - CSLL.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R$ 54.121 (R$ 51.943 em dez/2021), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R$ 18.868 (R$ 18.449 em dez/2021), créditos de IRRF 1999 no montante de R$ 5.258 (R$ 5.035 em dez/2021), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R$ 3.163 (R$ 3.093 em dez/2021), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R$ 3.063 (R$ 2.971 em dez/2021) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R$ 4.742 (R$ 4.608 em dez/2021). O saldo remanescente de R$ 237 (R$ 213 em dez/2021) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

11 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 4.842/20, do BACEN, a Corretora não possui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL em 30 de junho de 2022 e 2021.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Semestre 2022	Semestre 2021
Receitas da intermediação financeira		**13.656**	3.085
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		**13.656**	3.085
Resultado bruto da intermediação financeira		**13.656**	3.085
Outras receitas/despesas operacionais		**1.601**	151
Outras despesas administrativas	14.c	**(248)**	(278)
Despesas tributárias		**(788)**	(178)
Outras receitas operacionais	14.d	**3.293**	739
Outras despesas operacionais	14.e	**(656)**	(132)
Resultado operacional		**15.257**	3.236
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**15.257**	3.236
Imposto de renda e contribuição social		**(6.327)**	(1.338)
Provisão para imposto de renda		**(3.950)**	(832)
Provisão para contribuição social		**(2.377)**	(506)
Lucro líquido do semestre		**8.930**	1.898
Quantidade de ações		**96.415.838**	96.415.838
Lucro por lote de mil ações - R$		**93**	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Semestre 2022	Semestre 2021
Lucro líquido do semestre	**8.930**	1.898
(+/-) Resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total	**8.930**	1.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Semestre 2022	Semestre 2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	**8.930**	1.898
Variação de ativos e obrigações	**(8.764)**	(1.857)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	**113.462**	6.503
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	**(137)**	(29)
(Aumento) Redução em outros créditos	**(2.808)**	1.093
Redução em outros valores e bens	**1**	2
Aumento (Redução) em outras obrigações	**1.200**	(9.557)
Aumento em provisões	**589**	131
Distribuição de dividendos	**(121.071)**	-
Caixa líquido (aplicado) em atividades operacionais	**166**	41
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**166**	41
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	**78**	57
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	**244**	98
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**166**	41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2022 Imposto de renda	2022 Contribuição social	2021 Imposto de renda	2021 Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	**15.257**	**15.257**	11.491	11.491
Resultado antes dos impostos ajustado	**15.257**	**15.257**	11.491	11.491
Adições ou exclusões temporárias	**589**	**589**	436	436
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósito	**589**	**589**	436	436
Adições ou (exclusões) permanentes	**1**	**1**	10	10
Base tributável	**15.847**	**15.847**	11.937	11.937
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 15%)	**(2.377)**	**(2.377)**	(1.790)	(2.213)
Adicional de IR (alíquota 10%)	**(1.573)**	**-**	(1.170)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**(3.950)**	**(2.377)**	(2.960)	(2.213)

12 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	2022	2021
Ativo e (passivo)		
Depósitos bancários	**244**	61
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**148.000**	261.462
Receitas e (despesas)		
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**13.519**	3.057
Outras despesas administrativas	**(157)**	(157)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 4.818/20 do BACEN.

13 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 187.190 e está representado por 96.415.838 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.207.919 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e alterações posteriores, a Administração da Corretora deliberou pela distribuição de dividendos, no montante de R$ 121.071 (não houve em 2021).

14 Informações adicionais

a) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 4.958/21, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2022, o valor do índice de Basileia era de 157,41% (54,68% em 2021).

b) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

c) Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R$ 22 (R$ 25 em jun/2021), despesas com convênio R$ 157 (R$ 157 em jun/2021), despesas com publicações oficiais R$ 2 (R$ 19 em jun/2021) e outras despesas administrativas no montante de R$ 67 (R$ 77 em jun/2021).

d) Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R$ 3.141 (R$ 697 em jun/2021), receita e atualização monetária de créditos a compensar Finsocial R$ 3 (R$ 1 em jun/2021) e outras receitas operacionais no montante de R$ 149 (R$ 41 em jun/2021).

e) Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R$ 656 (R$ 132 em jun/2021).

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a administração do ING Group, controlador da ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., em 05 de novembro de 2020, em consonância com a decisão do ING Group N.V. anunciou a descontinuidade das atividades da Corretora no Brasil e, em 28 de junho de 2022, a Administração iniciou o processo com o pedido de aprovação dos órgãos reguladores para o cancelamento da autorização do funcionamento do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto do encerramento das atividades operacionais da Corretora e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2